

SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS E OUTRAS STORCHS: A EDUCAÇÃO PRECOCE COMO MODALIDADE DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Edicléa Mascarenhas Fernandes
Flavia Varriol de Freitas
Luiz Antonio Souza de Araújo
Sandra Regina Barbosa

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar o modelo de Educação Precoce como modalidade de atendimento educacional especializado no processo de ensino-aprendizagem de alunos acometidos pela Síndrome Congênita do Zika Vírus, outras STORCHs e alterações no desenvolvimento. Para tanto foi proposto pela equipe do Núcleo de Educação Especial Inclusiva – NEEI/UERJ a formatação de um curso de Extensão “Introdução à Educação Precoce” que teve como finalidade formar gestores de 29 municípios do Estado do Rio de Janeiro, sendo um desdobramento de ações interdisciplinares com a Secretaria Estadual de Saúde (Atenção Básica e PSE). Como modelo metodológico esse estudo se caracteriza como relato de experiência e, dessa forma, os resultados do estudo demonstraram que a estimulação precoce ou a educação precoce nessas crianças minimizam os prejuízos e atrasos provocados pela SCZV e potencializa o desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: Síndrome Congênita do Zika Vírus, STORCHs, Educação Precoce, Educação Infantil

Resumén: Este documento tiene como objetivo analizar el modelo de Educación Temprana como una modalidad de atención educativa especializada en el proceso de enseñanza-aprendizaje de los estudiantes afectados por el Síndrome de Virus Zika Congénito, otros STORCHs y cambios en el desarrollo. Para este fin, el equipo del Centro de Educación Especial Inclusiva - NEEI / UERJ propuso el formato de un Curso de Extensión “Introducción a la Educación Temprana, que tenía como objetivo capacitar a gerentes de 29 municipios del Estado de Río de Janeiro, como un despliegue de acciones. con el Departamento de Salud del Estado (Atención Primaria y PSE). Como modelo metodológico, este estudio se caracteriza como un informe de experiencia y, por lo tanto, los resultados del estudio mostraron que la estimulación temprana o la educación temprana en estos niños minimizan las pérdidas y los retrasos causados por el SCZV y potencian el desarrollo infantil.

Palabras-clave: Síndrome congénito del virus del Zika, STORCHs, educación temprana, educación infantil.

Abstract: This paper aims to analyze the Early Education model as a specialized educational care modality in the teaching-learning process of students affected by Congenital Zika Virus Syndrome, other STORCHs and developmental changes. To this end, it was proposed by the team of the Center for Inclusive Special Education - NEEI / UERJ the format of an Extension Course “Introduction to Early Education, which aimed to train managers of 29 municipalities of the State of Rio de Janeiro, being an unfolding of actions. with the State Department of Health (Primary Care and PSE). As a methodological model this study is characterized as an experience report and, thus, the results of the study showed that early stimulation or early education in these children minimize the losses and delays caused by SCZV and potentiate child development.

Keywords: Congenital Zika Virus Syndrome, STORCHs, Early Education, Early Childhood Education

SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS E OUTRAS STORCHS: A EDUCAÇÃO PRECOCE COMO MODALIDADE DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Edicléa Mascarenhas Fernandes¹
Flavia Varriol de Freitas²
Luiz Antonio Souza de Araújo³
Sandra Regina Barbosa⁴

I - Introdução

I.1-Educação Precoce no contexto das Políticas Públicas de Educação contemporâneas

A Educação Precoce como modalidade de atendimento da Educação Especial foi adotada pelo Brasil desde os primeiros documentos norteadores da primeira política de educação especial no Brasil no documento das Diretrizes Educacionais sobre Estimulação Precoce (Brasil, 1995).

Na atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva dentre as atividades de atendimento educacional especializado são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva. Ao longo de todo o processo de escolarização esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. O atendimento educacional especializado é acompanhado por meio de instrumentos que possibilitem monitoramento e avaliação da oferta realizada nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacionais especializados públicos ou conveniados.

O Plano Nacional de Educação, Lei 13005 de 25 de junho de 2014 na meta 4.2 recomenda a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Ainda nesta perspectiva da efetivação do direito à educação de Pessoas com Deficiência, Fernandes em Fernandes e Orrico (2016) descreve que o capítulo IV da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146/2015 referente à educação, reafirma todo fundamento constitucional para uma educação de qualidade e inclusiva a ser oferecida a Pessoa com Deficiência – PCD, ou seja, o paradigma da inclusão trouxe novas formas de olhar as possibilidades de desenvolvimento desse indivíduo enquanto cidadão

¹ Doutora em Ciências na Área de Saúde da Criança e da Mulher. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEEI-UERJ) / PPGCECC/FEBF/-CMPDI e PDCTIn/UFF

² Doutoranda em Ciências Tecnologia e Inclusão. Universidade Federal Fluminense (UFF)- PDCTIn/UFF

³ Pós-doutorando em Ciência Tecnologia e Inclusão. Universidade Federal Fluminense (UFF)- PDCTIn/UFF

⁴ Mestre em Diversidade e Inclusão - CMPDI/UFF. Instituto de Biologia - Universidade Federal Fluminense (UFF)

único e pleno. Complementa afirmando que esta educação de qualidade deve ser garantida desde a Educação Infantil, na qual as escolas devem organizar o planejamento individualizado para atender as especificidades dos alunos, identificando as adequações curriculares e os meios de avaliação caso a caso, ou seja, para a autora, um dos pontos fundamentais da LBI é que os espaços escolares se organizem para receberem esses alunos e suas famílias, através da contratação de profissionais especializados, na oferta de formação continuada aos professores e etc.

II – Síndrome Congênita do Zika-Vírus: breve histórico

No ano de 2015 foi registrado no Brasil um tipo de infecção pelo vírus conhecido como ZIKA (ZIKV), na qual o maior número de incidência de pessoas contaminadas por este vírus se deu no Nordeste do país. Para Silva e Spalding (2018):

O Zika Vírus (ZIKV) é um arbovírus emergente que pertence à família Flaviviridae, gênero Flavivirus e tem importância clínica no mundo por reunir patógeno humanos como o vírus da dengue (DENV sorotipos 1 a 4), o vírus da febre amarela (YFV), o vírus do oeste do Nilo (WNV) e o vírus da encefalite japonesa (JEV). O ZIKV é transmitido por fêmeas de mosquitos *Aedes* (*Stegomyia*) spp.; e recentes evidências sugerem que também possa ser transmitido por *Culex quinquefasciatus*. A infecção também pode ser transmitida pela forma congênita, pelo ato sexual, e provavelmente por transfusão sanguínea (SILVA E SPALDING, 2018, p.2)

Diante de tal fato, o número de crianças nascidas com microcefalia na região nordeste do país cresceu absurdamente, causando um espanto entre os profissionais de saúde e especialistas da área e colocando em alerta as autoridades do país, conforme nos coloca França e colaboradores (2018):

A síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika (SCZV) compreende um conjunto de sinais e sintomas apresentados por criança nascidas de mães infectadas por esse vírus durante a gestação. A microcefalia, definida como “perímetro cefálico (PC) abaixo de -2 desvios-padrão para a idade e sexo de acordo com curvas de referência” é a manifestação mais marcante dessa síndrome. A SCZV também pode incluir alterações oculares, desproporção craniofacial e algumas deformidades articulares e de membros, mesmo que na ausência de microcefalia. Ainda não se conhecem completamente o espectro e as conseqüências da SCZV para a saúde e a esperança de vida das crianças acometidas, embora seja notável a gravidade dos casos, com evidência de prejuízos ao crescimento e desenvolvimento infantil (FRANÇA E COL, 2018, p.2)

A partir da constatação que a infecção pelo vírus da Zika em gestantes era o grande causador do aumento do número de crianças com microcefalia e outras malformações congênitas, França e Colaboradores (2018) ressalta que o Ministério da Saúde em 2015 já declarava Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) sob o marco do Regulamento Sanitário Internacional (RSI). Nesse sentido, os estados e municípios começam a implantar Comitês Gestores para monitorar e criar ações de cuidados de crianças com suspeitas confirmadas para SCZV e STORCHs (Toxoplasmose, Rubéola, Citomegalovírus e Herpes Vírus).

Nesta perspectiva, o Ministério da Saúde, lança a Portaria Nº 3.502/12/2017 que:

Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a Estratégia de fortalecimento das ações de cuidado das crianças suspeitas ou confirmadas para Síndrome Congênita associada à infecção pelo vírus Zika e outras síndromes causadas por sífilis, toxoplasmose, rubéola, citomegalovírus e herpes vírus. (BRASIL, 2017)

O Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com a Portaria nº 3.502/12/2017, por meio de sua Comissão Intergestores Bipartite (CIB), compactuada com a deliberação (CIB/RJ 5373) instituiu várias ações de estratégias de fortalecimento das ações de cuidado com a população de crianças com suspeitas e confirmadas para SCZV e STORCHs, como por exemplo: o Plano Estadual de Enfrentamento ao SCZV e STORCHs, com o objetivo principal de traçar as estratégias de enfrentamento e desenvolver ações intra e intersetoriais de promoção e prevenção em relação ao zika vírus, buscando a melhoria organizacional do Sistema Único de Saúde (SUS) e fortalecer a intersectorialidade visando qualificar a rede de proteção social às crianças com SCZV, outras STORCHs e às suas famílias.

III – A Realização do Curso “Introdução à Educação Precoce”

De acordo com o eixo VII da intersectorialidade do Comitê Gestor de Enfretamento a SCZV e outras STORCHs, a UERJ, através do Núcleo de Educação Especial e Inclusiva – NEEI, propôs ao Comitê Gestor de Enfretamento ao SCZV, a realização de um curso de extensão com o seguinte tema: **“Introdução à Educação Precoce: alunos com Síndrome Congênita pelo Zika Vírus, outras STORCHs e alterações do desenvolvimento”**, como parte do desdobramento de ações interdisciplinares com a Secretaria Estadual de Saúde (Atenção Básica e PSE), por meio do Comitê do Plano de Execução da Estratégia de Fortalecimento das Ações de Cuidado das Crianças Suspeitas ou confirmadas por SCZV e STORCHs do Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com a deliberação CIB-RJ nº 5.373 de 14 de junho de 2018, no qual o Núcleo de Educação Especial e Inclusiva da UERJ (NEEI) é integrante.

Como parceiros nesta realização, o NEEI/UERJ contou com diversos Programas e Instituições, como: o Programa de Mestrado em Educação, Comunicação e Cultura da FEBF/UERJ, o Programa de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão – CMPDI/UFF, o Programa de Doutorado em Ciências Tecnologia e Inclusão – PGCTIn/UFF, o Departamento de Educação Especial da UNIRIO e o Instituto Benjamin Constant - IBC.

O curso foi organizado na modalidade de aperfeiçoamento, com carga horária de 100 horas e no formato semipresencial, entre os meses de maio a dezembro de 2019, sendo construído um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) utilizando-se a Plataforma *Moodle*, estruturado especificamente para atender as demandas dos cursistas.

Os principais objetivos do curso foram os seguintes: apresentar aos gestores, professores e profissionais de apoio a macro política de atenção interdisciplinar no atendimento à criança na primeira infância, que possuam alterações no desenvolvimento advindas de síndromes congênitas pela Zika Vírus e outras STORCHs (sífilis, toxoplasmose, rubéola, citomegalovirus e herpes) ou ainda outras alterações do desenvolvimento advindas de condições raras; propiciar aos gestores das redes municipais de ensino a organização de políticas públicas de atendimento educacional para o público na primeira infância que apresente alterações no desenvolvimento; apresentar protocolos de desenvolvimento e a organização de Planos de Educação Individualizados (PEI); acompanhar o processo de inclusão educacional de alunos com alterações no desenvolvimento na Educação Infantil das redes de ensino.

O requisito para o ingresso no curso teve como base os seguintes critérios: ter vínculo a uma rede municipal em cargo de gestão; docência em educação infantil; docência em atendimento educacional especializado; profissional de apoio à inclusão e preferencialmente aos que trabalham no atendimento de alunos nas condições especiais, conforme a proposta e objetivos do curso. Os nomes dos cursistas foram indicados pelos gestores das redes de ensino e condicionados, a princípio, a um número de 5 a 8 vagas por município. Eventualmente foi possível incluir alunos da graduação e pós-graduação inseridos em projetos de pesquisa, docência e extensão, na área de estudo do tema.

Figura 1: foto da aula inaugural do curso Introdução à Educação Precoce.



Fonte: arquivo pessoal dos autores.

Desse modo, o conteúdo curricular do curso de aperfeiçoamento foi fundamentado nas teorias do desenvolvimento de Piaget, Wallon, Vigotski, Brofenbrenner, dentre outros que foram trabalhados durante o curso.

Outro aspecto abordado durante o curso foi a apresentação do “Protocolo de Atendimento Educacional para crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus e outras alterações do desenvolvimento”, *Revista Digital Formação em Diálogo* Rio de Janeiro, vol. 3, nº 5, março de 2020. 175

desenvolvido por Monteiro, Fernandes e Orrico (2018) como modelo de orientação para os profissionais de educação, responsáveis, estudantes e outros interessados pela temática da educação precoce, e que apresentam resultados significativos no desenvolvimento global dessas crianças acometidas pela SCZV.

Figura 2: aulas ministradas ao grupo de participantes do curso



Fonte: arquivo pessoal dos autores.

Tendo como eixos norteadores, a ética, a tolerância e as experiências instituintes, ressignificando a sensibilidade do educador, as estruturas escolares em relação ao outro, ao diferente, que inicialmente não estão integrados a um currículo ou programas disciplinares, encontrou ressonância no envolvimento das redes, que permitiram e ofereceram, inclusive, o transporte e locomoção das equipes, participantes do curso, nos dias dos encontros presenciais.

Esse processo coletivo, buscando o diálogo entre os educadores dos vários municípios, pode trazer à percepção das necessidades, desafios, assim como, para a construção do conhecimento e de saberes de cada comunidade escolar, expondo os anseios de um fazer pedagógico diferente, visível mediante o empenho de todos os envolvidos.

Através da plataforma de ensino à distância (*Moodle*), foi possível dinamizar e compartilhar todos os trabalhos, as palestras dos convidados, professores e profissionais das áreas da educação e da saúde, os fóruns de discussão entre os cursistas ao longo de toda duração do curso, como também a postagem de materiais, atividades de interação, conteúdos curriculares, etc.

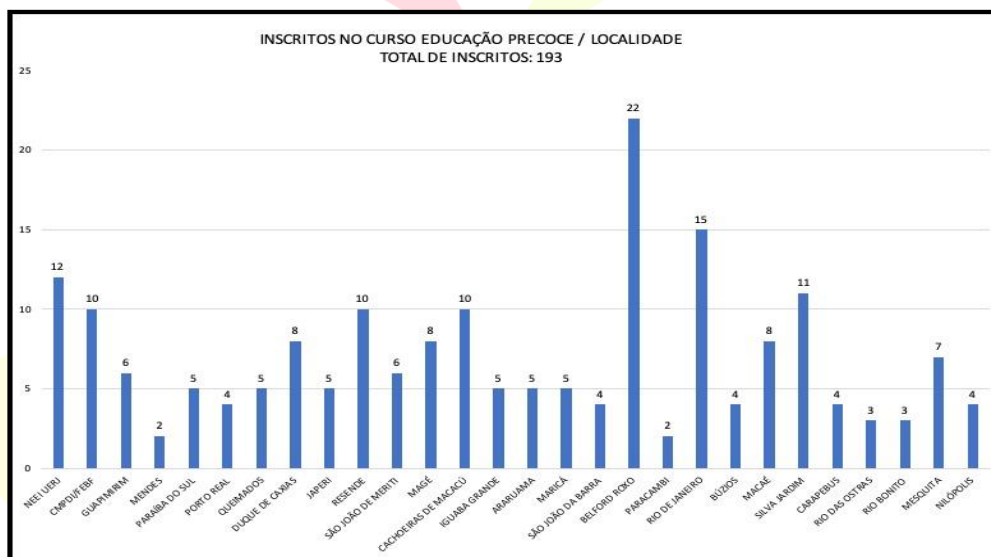
Figura 3: tela principal de acesso à plataforma MOODLE do curso Introdução à Educação Precoce



Fonte: produção e implementação da plataforma pelos coordenadores do curso.

O quantitativo de alunos inscritos no curso foi o total de 193 (cento e noventa e três), representando os seguintes municípios do Estado do Rio de Janeiro e membros do Grupo de Pesquisa do NEEI/UERJ, apresentados no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Quantitativo dos inscritos no curso, por cada município.



Conclusão

Após a experiência de planejamento, execução e acompanhamento do curso verificou-se que o mesmo supriu uma grande lacuna existente no campo de estudo sobre educação precoce como modelo de atendimento às crianças acometidas pela SCZV e outras STORCHs.

As interações entre os participantes, proporcionaram, a nível estadual, a aproximação entre Universidades, assim como com Órgãos das Secretarias de Estado.

Ocorreram intercâmbios nas políticas intersetoriais para a Educação Infantil de crianças com alterações no desenvolvimento, entre os próprios municípios, representados pelos seus participantes.

Como parte do projeto de final de curso, foi proposto aos participantes, como um dos requisitos para certificação, a confecção de artigos que relatassem as experiências das suas redes de ensino, no sentido da identificação desses alunos, bem como das perspectivas locais para implementação de serviços de atendimento.

Os estudos realizados e que propiciaram a confecção dos artigos pelos grupos de participantes de cada município, farão parte de uma publicação, inicialmente no formato de livro eletrônico (*E-BOOK*), com possibilidade posteriormente, de impressão do livro físico.

Este *E-book*, em fase final de elaboração, será disponibilizado a todos os participantes e demais interessados na temática, através de divulgação via web, no site do NEEI/UERJ.

Destaca-se também como resultado deste processo de acompanhamento focal, o acompanhamento local que será realizado em 2020, nos municípios de Belford Roxo, Nova Iguaçu e Itaboraí, acompanhando os alunos *in loco* no cotidiano das escolas e/ou creches das redes.

O resultado significativo deste curso dentro de um modelo de pesquisa/ação foi o de propor, numa perspectiva participante, novas metodologias e estratégias pedagógicas para construção de uma rede de cuidados intersetorial, tendo como base as experiências locais, dos gestores e professores que passaram a considerar a importância de uma política pública para acompanhamento desses alunos em seus municípios a partir da educação precoce como modalidade de atendimento transversal à Educação Infantil.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes educacionais sobre estimulação precoce: o portador de necessidades educativas especiais. 3. ed. Brasília, 1995

BRASIL, Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação- 2014-2024- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014- aprova o Plano Nacional de educação – PNE. MEC – Brasília- DF, 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. PORTARIA Nº 3.502, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/PORTARIA-N-3.502-DE-19-DE-DEZEMBRO-DE-2017.pdf> . acesso em 09/12/2017 as 22:17h.

BRASIL. Estatuto da Pessoa com Deficiência. – 3ª ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de edições Técnicas, 2019. 50 p.

BRASIL. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. – 3. Ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. 59 p.

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Aspectos Pedagógicos do Atendimento a Alunos com Síndrome de Williams: com a palavra as famílias. **In:** FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. ORRICO, Hélio Ferreira. Alunos com síndromes raras: direito a Educação/Organizadores Edicléa Mascarenhas Fernandes e Hélio Ferreira Orrico. – Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2016. 168p.

FRANÇA, Vinicius Araújo de França. PEDI, Vaneide Daciane. GARCIA, Márcio Henrique de Oliveira. CARMO, Greice Madeleine Ikeda do. LEAL, Mariana Bertol. GARCIA, Leila Posenato. Síndrome Congênita Associada à Infecção pelo Vírus Zika em Nascidos Vivos no Brasil: descrição da distribuição dos casos notificado e confirmados em 2015-2016. *Epidemiol. Serv. Saúde* vol.27 no.2 Brasília 2018, Epub July 02, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742018000200014>

MEDINA, João Ignácio. Movimentos instituintes e suas experiências na formação de professores. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.*

MONTEIRO, Simone Pereira; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. O serviço de estimulação precoce no Brasil após a política de inclusão educacional. *Revista Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva*, Manaus, v.1, n.1, jan./jun. 2018.

MONTEIRO, Simone Pereira. Protocolo de atendimento educacional para crianças com síndrome congênita do zika vírus e outras alterações do desenvolvimento/Simone Pereira Monteiro; Hélio Orrico; Edicléa Mascarenhas Fernandes. – Universidade Federal Fluminense, Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão; Associação Brasileira de Diversidade e Inclusão (ABDIIn): Niterói- RJ, 2018.

MONTEIRO, Simone Pereira; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Materiais pedagógicos acessíveis e alternativos para estimulação de crianças com síndrome congênita do Zika Vírus: uma produção docente. *Revista Linguagens Educação Sociedade LES*. Teresina-Piauí, Ano 24, N. 42, mai./ago. 2019.

SILVA, Antônia Letícia Pesenti e. SPALDING, Silvia Maria. Vírus Zika – Epidemiologia e Diagnóstico Laboratorial. *Ver. Med. Minas Gerais*, 2018; 28:e-1933. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/22383182.20180074>. Acesso em 09/12/2109.